

ACTA NÚMERO 10/XII/1ª SL

27.Setembro.2011 – 15h00

Aos 27 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, para prestar esclarecimentos sobre a intenção de encerramento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, na sequência da aprovação de um requerimento apresentado pelo PSD. (15h00)

5. Requerimento apresentado pelo PCP, que solicita a audição do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual, sobre a situação da empresa Tobis e a Política do Cinema e do Audiovisual

- **Apreciação e votação**

6. Requerimento apresentado pelo BE, que solicita a audição do Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, para prestar explicações sobre os procedimentos da DGRHE no processo de colocação de professores

- **Apreciação e votação**

7. Requerimento apresentado pelo PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para esclarecer as posições e opções políticas do Governo em matéria de concursos de colocação de professores

- **Apreciação e votação**

8. Requerimento apresentado pelo PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre a política cultural no contexto das alterações anunciadas e constantes no Programa de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)

- **Apreciação e votação**

9. Requerimento apresentado pelo BE, que solicita a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre as implicações das alterações anunciadas para a área da Cultura

- **Apreciação e votação**

10. Requerimento apresentado pelo PS, que solicita a audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre as alterações nos procedimentos de colocações de professores e sobre a oferta dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação.

- **Apreciação e votação**

11. Outros Assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 28.Setembro.2011 – 10h00 – Reunião da Mesa e Coordenadores dos GP's

Dia 28.Setembro.2011 – 11h00 – Reunião da Comissão

Dia 28.Setembro.2011 – 18h00 – Café de Ciência (Biblioteca da AR)

Dia 29.Setembro.2011 – 14h15 – Audiência (conjunta com a 12ª Comissão) à **ACAPOR** - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais de Entretenimento de Portugal

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da acta

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou cumprimentos ao Sr. Deputado Acácio Pinto (PS), pela recente eleição como coordenador do PS na 8ª Comissão, desejando-lhe votos de um bom trabalho. Solicitou ainda uma alteração no ponto 9 da acta da reunião anterior, propondo que onde se lê “Intervieram os deputados Rita Rato (PCP) e Acácio Pinto (PS), defendendo a audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência e os deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referindo que a questão está a ser resolvida e já foi esclarecido que 1 mês é o prazo mínimo, tudo se mantendo como nos anos anteriores, **pelo que entendem que é preciso vir o Ministro**”, passe a ler-se: “Intervieram os deputados Rita Rato (PCP) e Acácio Pinto (PS), defendendo a audição do Senhor Ministro da Educação e Ciência e os deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referindo que a questão está a ser resolvida e já foi esclarecido que 1 mês é o prazo mínimo, tudo se mantendo como nos anos anteriores, **pelo que entendem que não é necessária a vinda do Senhor Ministro**”.

Com esta alteração, a acta foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente informou que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas legislativas:

- Projecto de Lei nº 57/XII (PS), que *consagra o Regime de Fruta Escolar e adopta critérios de selecção dos produtos a disponibilizar nos refeitórios e cantinas escolares* e Projecto de Lei nº 58/XII (PS), que *consagra um regime de selecção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos*.

Tratando-se de diplomas sobre a mesma temática, foi decidido distribuí-los a um só relator, cabendo ao PSD a sua designação.

- Projecto de Lei nº 77/XII (PCP), que *garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas*. A apresentação na Comissão deverá ocorrer no dia 12 de Outubro e a apreciação do parecer no dia 18 do mesmo mês. O relator será o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP).
- Projecto de Resolução nº 77/XII (PCP), que *Recomenda ao Governo a urgente construção da residência de estudantes do Instituto Politécnico do Cávado e Ave*. O PCP informou que pretende a discussão em Comissão, pelo que indicará a data oportuna para a realização da mesma.
- Projecto de Resolução nº 82/XII (PCP), *Recomenda ao Governo a correcção das irregularidades verificadas na colocação de professores*. A discussão na Comissão foi agendada para o dia 28 de Setembro.

3.2. O Sr. Presidente informou que foi recebido um pedido de audiência da FENPROF, com carácter de urgência, para apresentação de queixa por indícios de manipulação de dados em concurso público, visando a selecção de docentes para contratação. Referiu-se também à necessidade de se proceder ao agendamento da audiência do CCISP. Assim, foi decidido agendar estas audiências para os dias 6 de Outubro, às 14h00 e 7 de Outubro, às 09h00, de acordo com a disponibilidade das duas entidades.

3.3. Lembrou ainda o convite da Prótoiro para a visita a uma Ganadaria, prevista para o dia 1 de Outubro, e para a corrida de toiros, no Campo Pequeno, naquele mesmo dia, solicitando aos Deputados interessados em participar que comuniquem essa indicação com a maior brevidade possível.

3.4. Referiu-se, por último, ao Café de Ciência, a ter lugar no dia seguinte, pelas 18h00, na Biblioteca, apelando à participação dos Deputados. O tema desta edição será *Química para um futuro sustentável* e contará com a presença da Senhora Presidente da Assembleia da República e da Senhora Secretária de Estado da Ciência.

4. Audição do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, para prestar esclarecimentos sobre a intenção de encerramento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, na sequência da aprovação de um requerimento apresentado pelo PSD. (15h00)

O Sr. Deputado José Manuel Canavarro (PSD) expôs os motivos que conduziram à apresentação do requerimento, entendendo o PSD que o Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) deveria ser ouvido em termos idênticos aos do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Colocou, de seguida, algumas questões, designadamente se está garantido o funcionamento do pólo, se existe um plano de desenvolvimento para esta unidade, se foram estabelecidos contactos com a Câmara e ainda sobre o preenchimento de vagas para o 1º ano.

O Sr. Presidente do IPC, Prof. Doutor Rui Antunes, referiu-se à decisão tomada pelo Conselho de Gestão do IPC, em 17 de Agosto último, no sentido do encerramento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH), por se considerar não existirem condições para o seu funcionamento, em virtude da redução do orçamento do IPC, na sequência dos cortes para 2012. Esta decisão previa a transferência dos alunos, docentes e funcionários não docentes para as escolas de Coimbra, cujos cursos têm correspondência com os da ESTGOH.

Tendo esta proposta sido vetada pela tutela, dada a proximidade do início do ano lectivo, o IPC trabalha agora na sua reorganização, entendendo que não é viável a duplicação de cursos. O

Sr. Presidente esclareceu ainda que, das 140 vagas postas a concurso na 1ª fase, para a ESTGOH, foram apenas preenchidas 35 vagas, sendo que apenas 1 estudante é de Oliveira do Hospital. Por outro lado, 25 alunos de Oliveira do Hospital entraram em escolas de Coimbra.

Intervieram, seguidamente, os Srs. Deputados Rui Santos (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Serpa Oliva (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Ana Drago (BE), Mário Ruivo (PS) e Ana Jorge (PS), que colocaram questões, nomeadamente sobre a percentagem do orçamento global do IPC adstrito ao pagamento de salário, razões para a decisão de encerramento da escola depois de aberto o concurso de acesso, plano para a redução de despesas com pessoal, se é intenção do IPC encerrar a ESTGOH no próximo ano lectivo, se existem infra-estruturas de apoio aos alunos em Oliveira do Hospital, entre outras.

Respondendo às questões dos Srs. Deputados, o Sr. Presidente lembrou que as vagas para acesso ao ensino superior são comunicadas em Abril e só em Agosto foram conhecidas as dotações do OE. Em relação às infra-estruturas disponíveis em Oliveira do Hospital, existe apenas um refeitório e bar, recebendo os estudantes apoio para alojamento.

Referindo-se à sustentabilidade da ESTGOH, informou que se encontra em estudo a possibilidade de se abrirem, em Oliveira do Hospital, vários cursos na mesma área, de modo a permitir a rentabilização de recursos técnicos e humanos.

Fez ainda alusão à falta de orientações, por parte do Governo, em relação à forma de reorganização da rede de ensino superior, pelo que as instituições tomam iniciativas diversas como forma de fazerem face aos cortes de financiamento decididos pela tutela.

Apresentou, por fim, a sua preocupação em relação à forma como o orçamento disponível para 2012 será distribuído entre as diferentes instituições de ensino superior, não atendendo a critérios que reconheçam o contributo das instituições na concretização dos objectivos definidos para o ensino superior, ignorando-se que há instituições que cresceram e outras que diminuíram os seus alunos, aumentando ou diminuindo assim as suas despesas. Deste modo, considera que algumas instituições de ensino superior, cuja taxa de colocação foi baixa, terão problemas de sustentabilidade, caso não seja alterada a natureza das instituições ou do OE.

A [documentação](#) entregue na audição, bem como a [gravação áudio](#) encontram-se disponíveis na página da Comissão, na Internet.

5. Requerimento apresentado pelo PCP, que solicita a audição do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual, sobre a situação da empresa Tobis e a Política do Cinema e do Audiovisual

O requerimento foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), que referiu que a empresa Tobis vive essencialmente de fundos públicos e tem cerca de 50 trabalhadores, verificando-se atrasos no pagamento de salários. Defendeu ainda que o PCP entende que a empresa pode manter-se – aliás não se sabe exactamente se vai ser alienada – integrada numa perspectiva estratégica para o cinema e o audiovisual em Portugal, pelo que consideram necessário ouvir o Presidente do Instituto sobre a política para o sector.

Interveio de seguida a deputada Gabriela Canavilhas (PS), referindo que por princípio concordam com todas as audições, mas consideram mais importante a audição do Secretário de Estado da Cultura, sendo que a matéria é essencialmente de estratégia política, defendendo ainda a pouca responsabilidade do Estado no âmbito do cinema e audiovisual. Deu ainda informações sobre o processo de alienação da Tobis, referindo que foi feito concurso para o efeito, mas não foi possível concretizar a venda.

Posto a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando-se os votos a favor dos deputados do PS, do PCP e do BE.

6. Requerimento apresentado pelo BE, que solicita a audição do Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, para prestar explicações sobre os procedimentos da DGRHE no processo de colocação de professores

O requerimento foi apresentado pela deputada Ana Drago (BE), que referiu o desespero dos professores e que as bolsas de recrutamento da semana passada ainda referiam que só podia haver contratos de um mês. Assim sendo e embora actualmente pareça já ser permitida a contratação por um ano, há necessidade de obter esclarecimentos da Direcção Geral de Recursos Humanos sobre todo o processo.

Simultaneamente foram discutidos os requerimentos do PCP, solicitando a audição do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar sobre os concursos de colocação de professores (ponto 7) e o do PS, em que se solicita a audição do Ministro da Educação e Ciência sobre as colocações de professores e ainda sobre a oferta dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação (ponto 10).

Posto a votação, o requerimento do BE foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando-se os votos a favor dos deputados do PS, do PCP e do BE.

7. Requerimento apresentado pelo PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para esclarecer as posições e opções políticas do Governo em matéria de concursos de colocação de professores

O requerimento foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), que referiu as divergências entre a 1ª e a 2ª bolsa de recrutamento e que, a este propósito, o Secretário de Estado prestou declarações que distorceram a realidade. Manifestou ainda concordância com o requerimento do PS, mencionando também as situações dos cursos que estão a funcionar sem autorização para o efeito e sem professores.

Posto a votação, o requerimento do PCP foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando-se os votos a favor dos deputados do PS, do PCP e do BE.

8. Requerimento apresentado pelo PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre a política cultural no contexto das alterações anunciadas e constantes no Programa de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC)

O requerimento foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que embora concordando que nesta audição se incluía a matéria do Instituto do Cinema, se deve ouvir também o Presidente deste, manifestando-se ainda a favor do Estado poder tutelar empresas pré-produção fílmica.

Em relação às alterações constantes no PREMAC, mencionou a sua falta de fundamentação e as confusões que geram, fazendo ainda referência ao pedido do Secretário de Estado da Cultura de lhe ser feita a remessa prévia da programação dos teatros, não obstante a autonomia dos mesmos.

De seguida foi apresentado o requerimento do BE referido abaixo.

Posto a votação, o requerimento do PCP foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE.

9. Requerimento apresentado pelo BE, que solicita a audição do Secretário de Estado da Cultura, para prestar esclarecimentos sobre as implicações das alterações anunciadas para a área da Cultura

O requerimento foi apresentado pela deputada Catarina Martins (BE), que para além de justificar a audição do Secretário de Estado da Cultura para prestar esclarecimentos sobre as alterações anunciadas para o sector, realçou a importância de a mesma ter lugar rapidamente, antes da discussão do Orçamento do Estado para 2012, para se perceberem os impactos das alterações da cultura no mesmo. Em relação à questão da Tobis referiu que a mesma foi acompanhada pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura na anterior Legislatura, propondo uma ronda única na audição do Secretário de Estado para tratar essa matéria.

A deputada Conceição Pereira (PSD) manifestou a concordância do PSD com a audição do Secretário de Estado, para tratar de todas as matérias, e discordando da audição do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) concordou com a audição do Secretário de Estado da Cultura, como responsável político do sector e não com a audição do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual, embora entenda que depois de ouvir o primeiro se pode reponderar a audição do segundo.

A deputada Inês de Medeiros (PS) esclareceu que o PS não entende que toda a cultura deve estar apenas nas mãos de privados e reiterou a necessidade de esta audição ter lugar antes da discussão do Orçamento do Estado para 2012.

O deputado Miguel Tiago (PCP) suscitou a hipótese de se utilizar a majoração de um minuto na audição do Secretário de Estado, para tratar a matéria da política do cinema e do audiovisual.

Atenta a posição dos vários Grupos Parlamentares, o Presidente da Comissão referiu que será utilizada a grelha habitual de tempos da audição de membros do Governo, incidindo a audição do Secretário de Estado da Cultura sobre as alterações para a área da cultura constantes do PREMAC e bem assim sobre a política do cinema e do audiovisual.

Os deputados Amadeu Albergaria (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP) concordaram com a manutenção da grelha sem alterações.

Posto a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE.

10. Requerimento apresentado pelo PS, que solicita a audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre as alterações nos procedimentos de colocações de professores e sobre a oferta dos cursos profissionais e dos cursos de educação e formação.

O requerimento foi apresentado pela deputada Odete João (PS), que referiu o facto de as situações de necessidades anuais de professores, nomeadamente por aumento do número de turmas ou para substituição de um docente aposentado, aparecerem na plataforma informática como contrato mensal, salientando o prejuízo verificado para os professores que na candidatura optaram pela contratação pelo período de um ano. Em relação à oferta dos cursos profissionais referiu que há alunos que aguardam a colocação, em escolas privadas ou públicas.

Após a apresentação dos 3 requerimentos, do BE, do PCP e do PS, o deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o Ministro da Educação e Ciência estará presente na AR, na Sessão Plenária, na 5ª feira, no debate sobre o arranque do ano lectivo e esclarecerá tudo, pelo que o CDS-PP não quer antecipar o debate que aí ocorrerá. Nessa sequência, indicou que votarão contra os requerimentos.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) indicou que os Grupos Parlamentares requerentes solicitaram a audição de vários responsáveis do Ministério da Educação e Ciência, mas o Ministro responderá a tudo na próxima 5ª feira, pelo que votarão contra os requerimentos.

Posto a votação, o requerimento do PS foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, registando-se os votos a favor dos deputados do PS, do PCP e do BE.

11. Outros Assuntos

O deputado Acácio Pinto (PS) colocou à consideração da Comissão a possibilidade de se discutirem em reunião da mesma os relatórios recebidos do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude sobre as facturas do Instituto do Desporto de Portugal.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) manifestou-se no sentido de a matéria ser discutida na reunião de coordenadores.

O deputado Miguel Tiago (PCP) questionou qual é o objectivo do debate e equacionou se não devia pedir-se a presença do Secretário de Estado do Desporto e da Juventude para prestar esclarecimentos sobre a matéria.

A deputada Ana Drago (BE) manifestou concordância com o deputado Miguel Tiago (PCP), equacionando a vinda do Secretário de Estado ou do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, para prestarem esclarecimentos.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) questionou se há uma fórmula regimental para discutir relatórios e referiu que entende que cada Grupo Parlamentar deve dar aos documentos recebidos a utilização política que considerar adequada.

Nesta sequência, o deputado Acácio Pinto (PS) referiu que tendo ficado a conhecer a posição de cada Grupo Parlamentar, o PS vai ponderar os procedimentos políticos a adoptar.

12. Data da próxima reunião

Dia 28.Setembro.2011 – 10h00 – Reunião da Mesa e Coordenadores dos GP's

Dia 28.Setembro.2011 – 11h00 – Reunião da Comissão

Dia 28.Setembro.2011 – 18h00 – Café de Ciência (Biblioteca da AR)

Dia 29.Setembro.2011 – 14h15 – Audiência (conjunta com a 12ª Comissão) à **ACAPOR** - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais de Entretenimento de Portugal

A reunião foi encerrada às 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Acta aprovada na reunião da Comissão de 12 de Outubro de 2011.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Jorge
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Catarina Martins
Cristóvão Simão Ribeiro
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
João Serpa Oliva
José Manuel Canavarro
Maria Gabriela Canavilhas
Maria Manuela Tender
Maurício Marques
Pedro Alves
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Maria José Castelo Branco
Pedro Delgado Alves